

II Encontro anual de  
**INICIAÇÃO**   
**CIENTÍFICA DA UNESPAR**

**AS MADEIRAS DE LEI NAS FLORESTAS DOS SENHORES: A COLONIZAÇÃO  
PORTUGUESA E OS DOMÍNIOS DA NATUREZA NOS SETECENTOS**

Mariana da Silva Alves (PIC/ História)  
Unespar/Campus de Paranavaí  
naninha-mari@hotmail.com

Eulália Maria A de Moraes (Orientadora/ História),  
Unespar/Campus de Paranavaí,  
eulaliamoraes@hotmail.com

Palavras-chave: História do Brasil. História Ambiental. Ensino de História.

## **INTRODUÇÃO**

Criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surge em um período de recente transição em que o Brasil deixa de ser Colônia Portuguesa e passa a figurar enquanto nação independente, fato este que iria demandar a necessidade de delimitar uma identidade nacional; definindo um passado histórico da nação que guiasse o então Império para seu futuro.

É neste contexto que o Estado Monárquico brasileiro irá financiar e incentivar a criação do IHGB, buscando então destacar os grandes agentes históricos do passado nacional, e dando uma identidade ao povo brasileiro. Segunda Guimarães (1988), mesmo com a herança da colonização portuguesa o IHGB irá, por meio de sua atuação, destacar os indivíduos nacionais como sujeitos históricos e detentores de um passado onde se deu a construção nacional, elaborando assim a história nacional de forma sistematizada, com ares da civilização da qual essa nação era portadora e necessitava destacar. O Brasil deixara de ser apenas uma colônia portuguesa, e ansiava por ter reconhecida a sua posição quanto nação civilizada nos moldes europeus.

Neste aspecto a Bahia publicava em seu volume nº 15 artigo que se intitulava “Conservação das Florestas” uma referência a Carta Régia assinada pelo Príncipe D. João VI e a Rainha D. Maria e que foi publicada em 1797. O conteúdo da Carta tinha por objetivo limitar as ações extrativistas nos domínios reais, resguardando assim as matas ali presentes. Isso, no entanto, não demonstra um senso apurado de preservação ambiental ou até mesmo uma consciência ambientalista, mas sim uma preocupação em preservar e delimitar os territórios reais.

Vamos então no decorrer desta pesquisa, analisar como desde a chegada portuguesa em território brasileiro o deslumbre com a exuberância da natureza tropical foi gigantesco, a partir de relatos de vários viajantes europeus que davam destaque aos elementos naturais que iam encontrando no

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

caminho, e em quais *Modus vivendi* a colonização portuguesa, não contribuiu para a conservação deste meio até então preservado do contato com sociedades acumuladoras.

Tentaremos mostrar como o avanço das atividades mercantis na Europa nos séculos que seguiram ao descobrimento, e o desenvolvimento de novos modos de produção, foi intensificando as atividades de extrativismo na colônia para que se pudesse retirar das fontes naturais as matérias primas necessárias para suprir demandas de consumo do mercado em constante crescimento.

Tendo em vista as práticas extrativistas coloniais realizadas e o conteúdo da Carta Régia publicada em 1797, a pesquisa se desenvolverá refletindo sobre a colonização e as Leis nas Florestas dos Senhores, buscando assim compreender os processos que levaram as mudanças relacionadas à este aspecto ambiental, que com o passar do tempo tem sua significação modificada.

## **A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E OS DOMÍNIOS DA NATUREZA NO SETECENTOS**

No século XVII, várias transformações ocorrem no modo de pensar dos homens, com o desenvolvimento de um pensamento científico que vai permear as mentalidades da época, é possível perceber como diversos aspectos da vida material e intelectual passaram por diversas mudanças, isso devido as novas descobertas e novos horizontes que o pensamento científico irá trazer para o pensamento dos homens da época.

Neste período surgem novas universidades, novas pesquisas, e conseqüentemente com isso nova descoberta acerca do mundo natural de maneira científica, ou seja, passa-se a ter um maior conhecimento a respeito da fauna e flora, e uma noção sobre o meio ambiente diferenciado. É neste período, por exemplo, que se verificam expedições como a de Auguste Saint Hilaire, botânico francês, que irá realizar expedições no território brasileiro, das quais resultaram diversos relatos que irão afirmar a grandiosidade e exuberância da natureza brasileira, assim como denunciar alguns dos abusos do homem sobre esse patrimônio natural. No entanto, diferente daqueles viajantes aventureiros que em seus relatos descreviam de forma admirada as suas descobertas pelo território Brasileiro, Saint Hilaire virá com o objetivo específico de catalogar e analisar as mais variadas amostras de espécies da fauna e da flora brasileira, ou seja, não era uma aventura pura e simplesmente de contemplação, e sim uma atividade para pesquisas e conhecimento a respeito da natureza local, mostrando assim como esse pensamento científico irá interferir nas ações do homem na época.

[...] A *Erygium* nº1.569 e a Composta 1.464 *ter* eram as que apareciam com mais frequência; e ao passo que o amarelo e o branco são as cores predominantes em nossos prados, é o azul celeste, como já disse no relato anterior, que colore as pastagens que acabo de mencionar.

Depois de ter feito cerca de 3 léguas e meia, cheguei ao Rio Tibagi, que eu já tinha encontrado na Barra do Iapó e que também ali é orlado de arvores e arbustos entremeados de *Araucaria Brasiliensis*. [...] (SAINT-HILAIRE, 1978:59)

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

No trecho do relato *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*, destacado acima, é possível perceber este caráter científico contido nos relatos de Saint-Hilaire, dando destaque as espécies da flora encontradas e de acordo com seu relato dá indícios de que possui um catálogo amplo das descobertas feitas durante as explorações. Ou seja, a preocupação em conhecer e analisar os elementos da natureza presentes no território eram também a motivação para realizar tais expedições.

As críticas de Saint Hilaire, no entanto, chamam a atenção para outro aspecto da colonização brasileira que é a exploração dos recursos naturais para a manutenção de um sistema econômico que havia se estabelecido e se desenvolvido desde o início da chegada dos Europeus em território brasileiro. Exploração essa que era feita em demasia, causando estranhamento no viajante, que encontrava em diversas áreas os reflexos das ações predatórias do homem sobre o meio ambiente local (LICCARDO, MENDES, 2001).

No trecho abaixo de *Viagem à Província de Goiás*, em que o botânico francês relata sua passagem pelo território de Goiás registrando suas impressões. Está destacada uma das principais críticas de Saint-Hilaire a respeito das atividades agrárias realizadas no Brasil, que prejudicam de forma substancial a natureza que o viajante tanto pesquisava e admirava, e que estava sofrendo gravemente com as ações humanas das queimadas, as derrubadas das matas, tudo para abrir campo para realizar as plantações.

[...] Vi árvores gigantescas, queimadas pela base, tombarem com estrondo, arrastando em sua queda as que ainda não tinham sido atingidas pelas chamas. Dessa maneira, em troca de alguns alqueires de milho, os agricultores arriscam por sua imprevidência destruir uma floresta inteira. E não está longe o tempo em que os brasileiros irão lamentar a extinção total de suas matas. (SAINT-HILAIRE, 1975:154)

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995), acerca da colonização portuguesa é possível afirmar que as ações do conquistador eram de explorar o território e desenvolver ali atividades que, por questões demográficas e geográficas, não eram passíveis de se realizar no território de português, ou seja, cria-se na colônia uma extensão da metrópole, angariando dali recursos naturais para a manutenção da própria metrópole. Essa exploração, no entanto, não foi pré-estabelecida ou de alguma forma esquematizada.

Ao que indica Sergio Buarque de Holanda (1995), a ocupação colonizadora nunca se teve um plano específico ou detalhado, não foi um feito sistematizado, pelo contrário, foi espontâneo e contou com a “plasticidade”, como analisa o autor, do homem português na obra *Raízes do Brasil*. Ou seja, é uma colonização voltada a exploração de recursos, até porque não se via em Portugal um contingente populacional suficiente para colonizar e povoar uma colônia com as extensões brasileiras. Aqui se encontrava um território que por sua extensão, pelos produtos produzidos e as abundâncias da flora brasileira, se mostrava adequado a suprir aquelas necessidades materiais para o mercado que Portugal, devido também a sua extensão, necessitava. Sendo assim, o projeto colonizador que foi desenvolvido

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

ao longo dos séculos no Brasil demonstra mais uma forma de explorar para o enriquecimento português do que para o desenvolvimento organizado da colônia no além-mar.

Com isso o reino português detém na colônia uma fonte, que se pensa inesgotável na época, de riquezas naturais diversas, das quais vão ganhar destaque as madeiras aqui encontradas. Após este período inicial, começam a ser desenvolvidas na colônia atividades voltadas à um desenvolvimento econômico, baseando-se na exploração e utilização da terra para diversas culturas, essas atividades também vão se mostrar, em conceitos atuais, predatórias, uma vez que para serem feitas as plantações do cultivo de diversos gêneros, assim como a criação de animais, irá demandar a abertura de campos através das matas para que tais atividades pudessem ser desenvolvidas. As plantações de cana-de-açúcar, que demandavam grandes campos para o plantio, e ainda passavam pelas queimadas, são exemplos de que a maior preocupação, ainda que com o desenvolvimento do pensamento científico, era de se produzir em larga escala, e cada vez mais para que as práticas de acumulação pudessem obter êxito.

No decorrer dos séculos que caracterizam o período colonial, no entanto, o desenvolvimento desse pensamento científico irá interferir de maneira pontual nas ações colonizadoras. Essa nova cientificidade presente no pensamento dos homens na época irá influenciar em muito as formas de se perceber o mundo, tanto que ao perceber a exuberância da natureza brasileira, Saint-Hilaire irá se mostrar em alguns trechos espantado com tamanha exploração e depredação daquele meio, a partir desse pensamento científico que ao se desenvolver cria novos conceitos a respeito do meio, da utilização de recursos e a durabilidade dos mesmos. É possível perceber então que ao decorrer do processo colonizador e com as transformações do pensamento diversas mudanças no que diz respeito as atividades do colonizador em território brasileiro irão passar por novas definições, assim como a preocupação com a cientificidade e a legitimidade das ações coloniais por meio da mesma.

De acordo com Guntau<sup>1</sup> (2000), um importante expoente deste pensamento científico que se desenrolava no período pode ser encontrado em José Bonifácio, que em 1790 irá desenvolver um estudo a respeito das Baleias em regiões costeiras da América do Sul, denunciando atividades predatórias que estavam fazendo com que a quantidade desses animais diminuísse de maneira drástica. Isso demonstra que o pensamento a respeito do meio ambiente e sua utilização haviam sido modificados a partir do desenvolvimento do pensamento científico e o avanço das formas de pesquisa na época. No entanto, não como uma forma de preservação ambiental, mas como uma forma de proteger os recursos naturais da exploração exagerada, para que não se esgotem. Ou seja, o pensamento que irá se delinear neste período do século XVIII é o de preservação para a manutenção da fonte, o que fica claro na pesquisa de José Bonifácio de Andrada e Silva, uma vez que não denuncia

---

<sup>1</sup> Na obra organizada por Silvia F. de M. Figueirôa “*Um olhar sobre o Passado: História das Ciências na América Latina*” o pesquisador Martin Guntau escreve o capítulo de livro “José Bonifácio de Andrada e Silva – Estudos e trabalhos Científicos na Europa Central” seu trabalho de pesquisa revela aspectos da intelectualidade científica de Jose de Bonifácio, conhecido cientistas das ciências naturais e funcionário da indústria mineira e metalúrgica, além da ação política e estadista.

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

o ato de matança das baleias em si, mas sim a predação de seus filhotes, que irá causar um desequilíbrio e conseqüentemente o esgotamento da espécie na região, impossibilitando a manutenção deste mercado.

Ou seja, apesar de o cientificismo estar avançando sobre as mentalidades e realizar mudanças significativas a respeito das noções de meio ambiente e preservação, estava longe de mostrar uma consciência ambientalista. Esse pensamento se desenvolve mais no sentido de proteger para que não se acabe. Clive Ponting, em sua obra *Uma História Verde do Mundo*, irá trazer no capítulo inicial uma importante reflexão para o entendimento de como esse pensamento a respeito das questões ambientais vai se desenvolvendo com o passar do tempo.<sup>2</sup>

Em “*As lições da Ilha de Páscoa*” Ponting (1995) irá tratar do caso específico da Ilha de Páscoa, em que uma população reduzida carregava traços de uma exploração exagerada dos recursos ambientais, levando a uma redução extremamente grave dos recursos naturais na Ilha, e mesmo demonstrando estar ali há muitos anos, a população se mostrava com traços primitivos. Ao pesquisarem sobre esse caso, percebeu-se que havia uma ligação entre o estado em que se encontrava os habitantes da Ilha de Páscoa ao terem contato com os europeus e as atividades que haviam sido realizadas por seus antepassados. Percebeu-se que o modo como utilizavam-se dos recursos naturais, de forma despreocupada e desorganizada, causou-lhes um enorme prejuízo no futuro, limitando extremamente as suas condições de vida.

## **LEI NAS FLORESTAS DOS SENHORES**

No entanto a preocupação presente no processo colonial que tem início no século XVI, não era relacionada ao meio ambiente em si, mas sim com as conseqüências para a vida do homem que trouxeram todas as alterações feitas no ambiente natural. Ou seja, preocupava que uma sociedade sem matas, sem recursos, não pudesse obter lucros, ou formas de vida consideradas pelos europeus adequadas e confortáveis, com abundância de alimentos e uma grande variedade de matérias para realização de atividades econômicas.

Desta forma, ao nos depararmos com a Publicação em 1797 da Carta Régia assinada pela coroa Portuguesa, determinando a preservação das matas e madeiras reais, não se encontra, como intenta-se mostrar em 1898 com a publicação da mesma na Revista do IHGB da Bahia, uma consciência ambiental ou qualquer senso “civilizado” de preservação ambiental. Ao contrário, os movimentos que se desenvolvem nesse respeito irão acontecer de forma a legitimar o domínio real

---

<sup>2</sup> A obra de Clive Ponting “*Uma História Verde do Mundo*” o autor afirma que a História humana não pode ser compreendida em vácuo. Todas as sociedades humanas foram e ainda são dependentes de complexos processos físicos, químicos e biológicos, interligados. (PONTING, 1995: 30)

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

desses territórios, em um período de crescente valorização das propriedades de terra e mudanças de conceito a respeito do trabalho e da acumulação de terras.

Fica claro ao observar trechos do documento as intenções de proteger os seus domínios de abusos externos. Com o avanço do pensamento científico surgem essas novas preocupações acerca dos domínios reais, ou seja, o ímpeto inicial colonizador de exploração indiscriminada da terra e das matas nesse período passa a ser observado de maneira diferenciada, uma vez que se cria uma nova consciência acerca do meio em que se habita, com todas os avanços científicos se torna uma realidade pensar e observar o meio ambiente. No trecho abaixo destacado pode-se observar as ordens da Coroa, são incisivas e determinam inclusive a restituição daquelas terras nas Costas que já estavam sob posse de terceiros.

Em primeiro lugar, Declarando ser da Propriedade exclusiva da Minha Real Coróa todas as Mattas e Arvoredos á borda da Costa, ou de Rios que desemboquem immediatamente no mar, e por onde em Jangaoas se possão conduzir as Madeiras cortadas até ás Praias; não só Prohibo, que para o futuro se possão dar Sesmarias em taes Sitios, mas vos Ordeno, que informeis dos meios, por que se poderião restituir à Minha Real Coróa as Sesmarias já dadas, indemnizando os Proprietários com Terras equivalentes no interior do Paiz: impondo desde logo aos dittos Proprietarios a obrigação de conservarem as Madeiras e Paus Reaes; e estabelecendo igualmente as mais sevéras penas contra os Incendiarios e Destruidores das Mattas. (CARTA RÉGIA 1797)

Ou seja, como sugere Duarte (2010) em sua análise da obra de Thompson, *Senhores e Caçadores*, as leis e códigos criados vão perpassar todo o contexto socioeconômico e cultural do período, de certa forma demonstrar como refletem os anseios de seus legisladores, não levando em conta, neste caso específico, a preservação de um bem comum ou o interesse das maiorias. Pelo contrário, a partir dessa Carta Régia, busca determinar-se os domínios legais da coroa portuguesa, limitando a utilização de seus recursos por terceiros. E ao relacionar tais atos com o pensamento em desenvolvimento na época, é possível destacar a preocupação da coroa em realizar a manutenção de recursos para a exploração na colônia, uma vez que este elemento era de fundamental importância para a continuidade das atividades econômicas que sustentavam o sistema guiado por Portugal.

Ainda que em 1898 o IHGB buscasse demonstrar a gênese de um pensamento ambientalista de conservação ambiental, como elemento fundamental para seus objetivos de delimitação do caráter e formação do pensamento brasileiro, buscando se encaixar em um novo momento de cientificidade e de valorização de um conceito de civilidade nos moldes europeus, ao analisar o contexto em que se dá a publicação da Carta Regia, assim como todo o contexto colonial, percebe-se que através da Carta, se legitimava a preservação dos domínios reais partindo-se de um pressuposto científico em desenvolvimento no período de sua publicação, que é importante para que se entenda as motivações causais de tais atos reais. Ou seja, reafirma-se a noção de colônia para extração, esta antes realizada sem qualquer mediação por parte dos colonizadores, e posteriormente com os avanços da racionalidade do pensamento e o desenvolvimento do cientificismo nas pesquisas, buscavam-se novas

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

formas a partir desses novos conceitos de legitimar suas ações, que irão buscar formas de avançar com suas atividades econômicas, porém de modo a garantir a coroa a preservação de seus domínios, assim como a manutenção das fontes, que nesse ponto já se percebeu esgotáveis.

Igualmente procurareis, que se construão Engenhos de serrar Madeiras, por meio de Maquinas movidas pela Agua, tendo Rios navegaveis ou Caminhos firmes, por onde se possam transportar aos Armazens que se construirão nas margens do mesmo Rio Doce ou nas Praias, onde julgardes mais conveniente. Procurareis tambem examinar se sobre o mesmo Rio, ou em alguma Enseada visinha ao mesmo, podeis mandar estabelecer Estaleiros, em que se possam construir a bom mercado Embarcações, que depois possam trazer a este Reino Madeiras de Construcción, e que dêem assim dobrada vantagem, podendo tambem servir á construir pequenas Embarcações [...] (CARTA RÉGIA 1797)

Observa-se então, principalmente no trecho acima destacado, as ambições comerciais da Coroa ao determinar a proteção de seus domínios, garantir a manutenção de um mercado vantajoso, e se possível ampliar as vantagens do mesmo. Com isso, é possível perceber que esse impulso primeiro de um pensamento ambiental não acontece em decorrência da destruição da natureza, não pelo menos uma natureza de caráter contemplativo, mas sim de uma natureza que é fonte de riquezas, que possibilita o desenvolvimento de atividades econômicas caras ao reino português no período. Uma vez que ao mesmo tempo que impõe a preservação das Matas e Madeiras reais na Carta, sugere-se logo em seguida quais atividades lucrativas e vantajosas poderiam ser aproveitadas e realizadas a partir do decreto real na região.

A Carta demonstra claramente a importância que se dá as Matas reais, e ao passo que o conhecimento acerca da degradação do meio ambiente se evidencia, em relatos como o de Saint-Hilaire, por exemplo, aumenta-se a preocupação e a necessidade de voltar as atenções para a preservação dessas fontes que se encontram ameaçadas pelas ações indiscriminadas do homem em sua ânsia desenfreada por obter lucros.

[...] Sendo as Madeiras e Paus de Construção, que se exportão do Brazil, hurn objecto do maior interesse para a Marinha. Real e de que a: Minha Real Fasenda pode tirar hum grande Rendimente, estabelecendo Córtes regulares das mesmas madeiras para vender ás Nações Estrangeiras: E sendo necessario tornar, todas as precauções para conservação das Martas no Estado do Brazil, e evitar que ellas se arruinem e destruo [...] (CARTA RÉGIA 1797)

Ao observar as primeiras justificativas redigidas na carta fica claro o quão importante são as madeiras reais para os lucros da Coroa, e também é possível destacar que em nenhum momento se sugere que cessem as atividades de extração ou queimada, ou muito menos colocam a natureza como elemento fundamental que está sendo protegido, até porque não era comum ao homem da época desenvolver esse tipo de raciocínio, no entanto, é possível da mesma forma perceber a presença de traços do pensamento científico que passa a crescer na mentalidade da época. Tem-se conhecimento



**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

sobre as degradações ambientais e logo levam essas preocupações para o campo que mais lhes preocupam de ser atingido: o campo das atividades econômicas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, após analisadas as motivações e contexto histórico por trás da publicação da Carta Regia de 1797, descontrói-se a imagem “ambientalista” que se tem a respeito da conservação ambiental no período, e adquire-se a noção de preservação para a manutenção de mercados e fontes para a extração de matérias rentáveis. O que não é incomum ao levar em conta que nesse período se valorizam as atividades de extração e aumentam os usos possíveis para a terra, aumentando assim seu valor e modificando percepções acerca da exploração da mesma. A importância deste estudo, no entanto, é fornecer uma análise de como se dá o desenvolvimento desse pensamento que posteriormente viria a ser caracterizado como “ambientalista”. Ou seja, perceber quais motivações estão por trás da gênese desse pensamento, possibilitando assim, ao utilizar tais temáticas em sala de aula, uma melhor compreensão do assunto abordado, permitindo uma análise sobre o percurso do pensamento ambiental, mostrando ao aluno que essas noções e conceitos não se dão facilmente ou surgem do dia para a noite, mas são frutos de diversos contextos e acontecimentos variados, num processo longo, lento e contínuo.

Por fim, através das discussões, cria-se uma nova percepção acerca da noção ambiental no Brasil, o que é fundamental para que se trabalhe não só preservação, mas também conceitos de História Natural em sala de aula. Disponibilizando uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento da temática no campo educacional, realizando a importante ação de desconstruir alguns mitos históricos sobre a formação do pensamento e da identidade nacional, e fomentando o questionamento de conceitos até então aceitos e disseminados como parâmetros da nacionalidade brasileira.

### **REFERÊNCIAS**

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.
- BIGG WITHER, Thomas Plantagene. **Novo Caminho no Brasilmeridional: a Província do Paraná**. Rio de Janeiro: Olympia Editora – Curitiba, 1964.
- BOORSTIN, Daniel J. **Os descobridores: de como o homem procurou conhecer a si mesmo e ao mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Comentários**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.



**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

CAPISTRANO de Abreu. J. Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Universidade de Brasília; 1982.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO. **A Ciência dos Viajantes**. Fundação Instituto Oswaldo Cruz/ Fiocruz: Rio de Janeiro, 2000.

CARDIM, Pe. Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

DEAN, W. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, Jose Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: Os parques nacionais do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

DUARTE, Adriano Luiz. Lei, Justiça e direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 175-186 jun. 2010.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1981.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o Projeto de uma História de Nação. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

GUNTAU, Martin. José Bonifácio de Andrada e Silva – Estudos e trabalhos científicos na Europa Central. In: Silvia F. de M. Figueirôa (org.) / **Um olhar sobre o passado**: história das ciências na América Latina -- Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

LARA, S. H. (org). **Ordenações Filipinas**. Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LÉRY, J. **Viagem à Terra do Brasil**. Brasília: Biblioteca do Exército, 1961.

LICCARDO, Antonio. MENDES, Júlio Cesar. **Saint-Hilaire nas nascentes do Rio São Francisco**. Ouro Preto: 2001.

MAACK, Reinhard. **A Geografia Física do Estado do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von **A Viagem de von Martius**. Flora Brasiliensis. Rio de Janeiro: Index, 1996.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: São Paulo: Editora Itatiaia, 1978.

PONTING, Clive. **Uma História Verde do Mundo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.

**Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**: conservação das florestas, ano V, n. 1, p. 145-148.

RUGENDAS, Mauricio João. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975.

**II Encontro Anual de Iniciação Científica**  
**Universidade Estadual do Paraná**  
**Campus Paranavaí, 25 a 27 de outubro de 2016.**

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: São Paulo: Editora Itatiaia, 1978.

THOMÉ, Nilson. A valorização dos Caçadores diante dos Senhores. Tributo a teoria e método de Edward Palmer Thompson. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 18, p. 247-263, jul./dez. 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro. **História Geral do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia, 1981. (volumes I e II).

WACHOWICZ, Ruy C. Perfis de personalidades paranaenses. In: EL-KHATIB, Faissal. (org.). **História do Paraná**. 2ª Edição. Curitiba: Grafipar, 1969.